



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:	2020
------	------

CORREGEDOR:	DESEMBARGADOR DANIEL VIANA JÚNIOR
-------------	-----------------------------------

TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
--------------------	-----------

MODALIDADE:	TELEPRESENCIAL
-------------	----------------

UNIDADE CORRECIONADA	VARA DO TRABALHO DE LUZIÂNIA
----------------------	------------------------------

DATA DE INSTALAÇÃO DA VT:	15/05/1992
---------------------------	------------

JUIZ TITULAR:	LÍVIA FÁTIMA GONDIM PREGO
---------------	---------------------------

TITULAR DESDE:	21/10/2019
----------------	------------

DATA DE INSTALAÇÃO PJE:	15/06/2012
-------------------------	------------

PERÍODO CORRECIONADO:	01/10/2019 a 30/09/2020
-----------------------	-------------------------

EQUIPE CORRECIONAL	
SERVIDOR	FUNÇÃO
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional
Alisson Moura Ludovice	Assistente
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente
Kátia Maria Salgado do Nascimento	Assistente
Luana Carvalho Arantes	Assistente
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente
Rodrigo Ribeiro de Camargo	Assistente

1 –DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE*

Item	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	2017	2018	2019	2020
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	2.186	1.873	1.756	636
2	Processos solucionados na fase de conhecimento, incluídos os conciliados	2.455	2.222	1.808	490
3	Produção	112%	119%	103%	77%
4	Processos finalizados na fase de conhecimento	2.224	2.337	1.909	741
5	Processos pendentes de solução, na fase de conhecimento	575	252	246	411
6	Processos pendentes de finalização, na fase de conhecimento	1.613	1.129	976	874
7	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de conhecimento	31%	24%	25%	45%
8	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de conhecimento	24%	18%	16%	49%
9	Taxa de congestionamento líquida, na 18ª Região, na fase de conhecimento	31%	24%	23%	42%
10	Taxa de congestionamento líquida, na unidade, na fase de conhecimento	24%	18%	16%	42%
11	Execuções iniciadas	635	1.135	650	263
12	Execuções encerradas	579	1.221	895	440
13	Execuções baixadas	631	1.316	880	513
14	Execuções pendentes de encerramento	1.529	1.242	1.218	1.079
15	Execuções pendentes de baixa	2.095	1.692	1.520	1.328
16	Execuções no arquivo provisório	546	515	401	392
17	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de execução	74%	65%	67%	76%
18	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de execução	77%	56%	63%	72%
19	Taxa de congestionamento líquida, na 18ª Região, na fase de execução	65%	52%	45%	58%
20	Taxa de congestionamento líquida, na unidade, na fase de execução	70%	45%	34%	32%
21	Índice de conciliação da 18ª Região	41%	41%	42%	46%
22	Índice de conciliação da unidade	45%	41%	36%	43%

* Dados extraídos do sistema e-Gestão.

** Dados do exercício 2020 referem-se aos meses de janeiro a setembro.

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE**2.1 – Juízes que atuam na unidade**

Juiz Titular	LÍVIA FÁTIMA GONDIM PREGO
---------------------	----------------------------------

2.2 – Residência do Juiz Titular e Auxiliar fixo

O(A) Juiz(iza) Titular da Unidade, bem como o Auxiliar Fixo, se houver, residem nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou na Região Metropolitana)?	SIM	NÃO
	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 – Assiduidade (dias da semana em que os juízes comparecem à Unidade)*

Juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	X	X	X	

** Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.*

2.4 – Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	4
--	---

2.4.2 – Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juízes Titular e Auxiliar em semanas alternadas?	SIM	NÃO
	-	-
Forma de revezamento:		

2.4.3 – Procedimento adotado em audiências (una ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo		X
Ordinário		X

2.4.4 – Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	35
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	37

** Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.*

2.4.5 – Conciliações

Procedimento	SIM	NÃO
São incluídos em pauta processos na fase de execução para tentativa de acordo?	X	

2.5 – Despachos

Média mensal de despachos exarados	608
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	0
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	14

* Dado apurado em 08/10/2020.

2.6 – Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correccionado	22
--	----

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.6.2 – Prolação de sentenças líquidas

Juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	-	-
Juiz Auxiliar	-	-

2.6.3 – Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Total	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	9	0
Sentença na fase executória	0	0
Embargos de declaração	0	0

2.6.4 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 226, III, do CPC)

Número único do processo	Data da Conclusão	Atraso em Dias	Juiz
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			0

3 – PRAZOS MÉDIOS DA UNIDADE***3.1 – Entrega da prestação jurisdicional**

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correccional**	No período correccionado
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	39	60
Ordinário	155	127

3.2 – Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correccional**	No período correccionado
Sumaríssimo	6	8
Ordinário	10	13

3.3 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	Na última visita correccional**	No período correccionado
	1	1

3.4 – Prazo médio (em dias) para exarar despachos	Na última visita correccional**	No período correccionado
	2	0

3.5 – Prazos da Secretaria

Ato processual	Na última visita correccional**	No período correccionado
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	2	5
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	9	7

3.6 – Prazo médio para audiências (iniciais ou unas):

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correccional **	No período correccionado
Sumaríssimo	29	39
Ordinário	66	54

* Dados fornecidos pelo sistema e-Gestão.

* A última visita correccional foi realizada em 08/05/2019 e foram considerados os dados estatísticos do período compreendido entre 1º/04/2018 e 31/03/2019.

4 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**4.1 – Estrutura da Secretaria****4.1.1 – Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
LEONARDO CRAVEIRO DA COSTA CAMPOS	Diretor de Vara do Trabalho	Efetivo
ARLEIDE OLIVEIRA DE RIVOREDO	Assistente II	Cedida Municipal
LUZINETE ABUD DO NASCIMENTO	Assistente II	Cedida Municipal
ANA CAROLINA ROTTA PEREIRA	Secretário de Audiência	Efetiva
LUCIANA DA CUNHA MORALES ALVARES	Secretário de Audiência	Efetiva
ADRIANNO WANDRÉ DE ABREU PINHEIRO	Assistente de Juiz	Efetivo
ZÉLIA SOARES BOTELHO MEIRELES	Assistente de Diretor	Cedida Municipal
MORGANA ALVES ARRAES BARBALHO		Efetiva
MOEMA MOREIRA PONCE LACERDA		Efetiva
LUCIO DE FARIA LIMA FERREIRA	Oficial de Justiça	Efetivo
DÉBORA NIQUINI DA COSTA		Efetiva
LEONARDO DE PAULA BRAGA	Oficial de Justiça	Efetivo

* A unidade possui claro de lotação.

4.1.2 – Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	18
Notebooks	1
Impressoras	2
Multifuncionais	2
Fax	0
Digitalizadora	1
Leitores óticos	0

4.3 – Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	
Consumo racional de energia elétrica	X
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	X
Aproveitamento de papel usado como rascunho	X
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	X
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	

5 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A Unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento correto dos movimentos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, liquidação iniciada, liquidação encerrada, execução iniciada, execução suspensa, execução encerrada e arquivamento, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidade e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.	X		
2	A Unidade procede à correção/lançamento dos movimentos no sistema informatizado PJe-JT, conforme constatado nas correções permanentes realizadas no período correccionado?	X		
3	A Unidade confere os dados cadastrais preenchidos pelas partes no sistema PJe-JT, conforme disposto no artigo 19, parágrafo 3º da Resolução CSJT nº 185/2017?	X		
4	A Unidade procede à extinção do processo, sem resolução do mérito, em razão de divergência entre os dados informados pelo autor da ação no PJe-JT e a petição inicial (Resolução CSJT nº 185/2017)?		X	
5	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos do artigo 163 do PGC?	X		
6	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	X		

7	A Unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (artigo 346 do PGC)?	X		
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais?	X		
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC?	X		
10	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.	X		
11	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução? Informar as datas conforme os ritos.	--	--	
12	A Unidade designa audiência de encerramento da instrução quando não houver mais provas a serem produzidas? (Provimento SCR nº 2/2016)		X	
13	Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC?	X		
14	A Unidade adota o procedimento previsto no artigo 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva?	X		

15	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica?	X		
16	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no artigo 174 do mesmo diploma normativo?	X		
17	A Unidade obedece ao disposto no artigo 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?	X		
18	A Secretaria da Vara, havendo depósito nos autos, procede ao recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, preenchida com o código 2801 ou 2909, e intima a empresa para a apresentação da GFIP no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício à Secretaria da Receita Federal? (parágrafo 5º do artigo 177 do PGC).	X		
19	A Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 6º do PGC?	X		
20	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea “j” da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo “observações” com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	X		
21	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a Unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do artigo 195 do PGC?	X		

22	A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel, conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?	X		
23	O Juízo procede à inclusão do SÓCIO no polo passivo da execução APÓS a decisão final do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica (artigo 855-A da CLT e artigos 133 a 137 do CPC)?	X		
24	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do artigo 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?	X		
25	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's), as datas de inscrição, além do prazo de 30 dias para publicidade, conforme o disposto no artigo 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC?	X		
26	Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?	X		
27	A Unidade possui servidores atuando em regime de teletrabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor, o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta situação, as atividades por ele desempenhadas e se está em estágio probatório. (RA nº 160/2016)	X		Debora Niquini da Costa - PORTARIA TRT 18ª SGPE Nº 712/2020 (PA Nº 23883/2018); Morgana Alves Arras Barbalho - PORTARIA TRT 18ª SGPE Nº 2715/2019 (PA Nº 19154/2015); Arleide Oliveira de Rivedo - PORTARIA TRT 18ª SGPE Nº 4112/2019 (PA Nº 6236/2016); e Adrianno Wandré de Abreu Pinheiro - PORTARIA TRT 18ª SGPE Nº 4045/2019 (PA Nº 22068/2018).
28	O Juiz, sempre que possível, profere sentenças condenatórias líquidas, conforme disposto no artigo 1º da Recomendação 04/2018 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho?		X	

6 – CONVÊNIOS**6.1 – Convênios**

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD/SABB	X		
RENAJUD/DETRANET	X		
INFOJUD	X		
CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE-CNIB	X		
CONECTIVIDADE/CEF			X
CONVÊNIO DE ACESSO AOS SALDOS E EXTRATOS DE CONTAS JUDICIAIS NA CEF	X		
CCS-CADASTRO DE CLIENTES DE SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL		X	

6.2 – Utilização do sistema BACENJUD*

Comparação entre Varas do Trabalho do TRT18ª Região	SISTEMA BACENJUD 2.0 Quantidade de bloqueios comandados no período correicionado: Outubro de 2019 a Setembro de 2020	
	Por número de protocolizações	Por número de réus/ executados
De 1501 a 2000		
2ª VARA DO TRABALHO DE APARECIDA DE GOIÂNIA	181.127	455.585
VARA DO TRABALHO DE LUZIÂNIA	163.851	496.110
1ª VARA DO TRABALHO DE APARECIDA DE GOIÂNIA	159.213	353.467
2ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	148.399	325.587
5ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	146.250	382.735
10ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	146.030	323.716
1ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	136.699	323.703
15ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	120.483	240.762
4ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	119.844	261.099
9ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	98.528	216.758
11ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	92.962	202.818
16ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	87.869	208.555
14ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	74.489	159.591
13ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	70.925	244.883
VARA DO TRABALHO DE CALDAS NOVAS	64.554	152.841
18ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	61.986	139.858
12ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	60.753	145.816
3ª VARA DO TRABALHO DE APARECIDA DE GOIÂNIA	60.304	101.383
17ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	59.776	133.362
6ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	49.612	113.433
8ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	46.483	96.336
7ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	34.689	87.990
VARA DO TRABALHO DE GOIÁS	28.498	47.283
3ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA	27.505	55.075
VARA DO TRABALHO DE CATALÃO	18.470	26.382

* Dados extraídos do sistema BACENJUD 2.0/relatórios gerenciais

7 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL**7.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior**

Recomendação	Cumpriu?		Observações
	SIM	NÃO	
7.1.1 - Embora não seja o procedimento padrão da unidade, o Desembargador-Corregedor recomendou que a Vara do Trabalho atente para o momento correto de lançamento dos movimentos referentes ao <u>início da liquidação, homologação da liquidação e início da execução</u> , no sistema informatizado PJe, visando a correta alimentação do sistema e-Gestão, nos termos do artigo 49 do PGC (item 7.2 – 16 do Relatório da Correição). O Desembargador-Corregedor constatou a existência de alguns processos em que a Secretaria inseriu os referidos andamentos no mesmo dia, impossibilitando a pronta identificação do ato praticado e do estágio em que se encontra o processo, além de comprometer os dados estatísticos geridos pelo sistema e-Gestão.	X		

7.2 – Constatações decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza o Check List elaborado pela Secretaria-Geral de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos: ATSum-0010475-23.2019.5.18.0131; ATOrd-0011767-19.2014.5.18.0131; ATSum-0011062-16.2017.5.18.0131; ATSum-0012287-08.2016.5.18.0131; ATSum-0010056-03.2019.5.18.0131; ATOrd-0010914-05.2017.5.18.0131; ATOrd-0011824-37.2014.5.18.0131; ATOrd-0011605-58.2013.5.18.0131; ATSum-0011892-45.2018.5.18.0131 e ATSum-0011565-37.2017.5.18.0131).
2	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Secretaria da Vara do Trabalho lança no sistema PJe os valores decorrentes da execução, relativos a crédito trabalhista, recolhimentos previdenciários, custas e/ou outros efetivados nos autos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATSum-0010475-23.2019.5.18.0131; ATOrd-0011767-19.2014.5.18.0131; ATSum-0011062-16.2017.5.18.0131; ATSum-0012287-08.2016.5.18.0131; ATSum-0010056-03.2019.5.18.0131; ATOrd-0010914-05.2017.5.18.0131; ATOrd-0011824-37.2014.5.18.0131; ATOrd-0011605-58.2013.5.18.0131; ATSum-0011892-45.2018.5.18.0131 e ATSum-0011565-37.2017.5.18.0131).
3	Nos processos a seguir relacionados e analisados em 25/09/2020, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se a existência de saldo em depósitos judiciais vinculados aos processos arquivados a partir de 15/02/2019, em DESACORDO com o disposto no artigo 1º, do Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT nº 01/2019 e Provimento nº 01/2020-SCR/TRT18 (processos: ATOrd-0011949-63.2018.5.18.0131 (saldo: R\$1.554,68 e R\$1.550,06); ATOrd-0010674-79.2018.5.18.0131 (saldo: R\$3.628,09); ATOrd 0012482-90.2016.5.18.0131 (saldo: R\$2.092,75) e ATSum 0011106-64.2019.5.18.0131 (saldo: R\$1.037,84).
4	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: ATSum-0011929-38.2019.5.18.0131; ATSum-0012037-67.2019.5.18.0131; ATOrd-0011999-55.2019.5.18.0131; ATSum-0010190-93.2020.5.18.0131; ATOrd-0011910-32.2019.5.18.0131; ATOrd-0011918-09.2019.5.18.0131 e ATOrd-0011674-80.2019.5.18.0131).
5	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara certifica o trânsito em julgado das sentenças proferidas, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos: ATSum-0012037-67.2019.5.18.0131; ATOrd-0011999-55.2019.5.18.0131; ATSum-0010190-93.2020.5.18.0131; ATOrd-0011910-32.2019.5.18.0131 e ATOrd-0011918-09.2019.5.18.0131).
6	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que, na Vara do Trabalho, são proferidas sentenças NÃO líquidas (processos: ATSum-0011929-38.2019.5.18.0131; ATSum-0012037-67.2019.5.18.0131; ATOrd-0011999-55.2019.5.18.0131; ATSum-0010190-93.2020.5.18.0131; ATOrd-0011910-32.2019.5.18.0131; ATOrd-0011918-09.2019.5.18.0131; ATOrd-0011674-80.2019.5.18.0131; ATOrd-0011754-44.2019.5.18.0131; ATSum-0010041-97.2020.5.18.0131 e ATOrd-0011658-29.2019.5.18.0131).
7	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que, nos ACORDOS HOMOLOGADOS pelo Vara do Trabalho, são cumpridas as disposições do artigo 81 do PGC, porquanto as atas homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, nos termos do art. 177 do mesmo diploma normativo (processos: ATSum-0011725-91.2019.5.18.0131; ATSum-0011472-06.2019.5.18.0131; ATSum-0011665-21.2019.5.18.0131 e ATSum-0012066-20.2019.5.18.0131).
8	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, os valores dos acordos pagos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATOrd-0012005-62.2019.5.18.0131; ATOrd-0011720-69.2019.5.18.0131; ATSum-0011879-12.2019.5.18.0131; ATOrd-0011503-26.2019.5.18.0131; ATSum-0011775-20.2019.5.18.0131; ATSum-0011725-91.2019.5.18.0131 e ATSum-0012066-20.2019.5.18.0131).
9	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se a utilização de conta PARTICULAR para pagamento dos acordos homologados (processos: ATOrd-0012005-62.2019.5.18.0131; ATOrd-0011720-69.2019.5.18.0131; ATSum-0011879-12.2019.5.18.0131; ATOrd-0011503-26.2019.5.18.0131; ATSum-0011775-20.2019.5.18.0131; ATSum-0011725-91.2019.5.18.0131; ATOrd-0011248-68.2019.5.18.0131; ATSum-0011472-06.2019.5.18.0131; ATSum-0011665-21.2019.5.18.0131 e ATSum-0012066-20.2019.5.18.0131).

10	Analísado o relatório gerado pelo sistema SAOPJE, em 29/09/2020, constatou-se que não há número considerável de processos parados nas tarefas do sistema PJe que caracterize atraso na movimentação processual da unidade.
11	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE, constatou-se que a Vara do Trabalho, mediante decisão judicial, determina o arquivamento provisório dos autos no caso de omissão do exequente em informar diretrizes para prosseguimento da execução, nos termos do artigo 11-A da CLT (processos: ATSum-0010453-62.2019.5.18.0131; ATOOrd-0010603-43.2019.5.18.0131 e ATOOrd-0011587-27.2019.5.18.0131).
12	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe o movimento "ARQUIVADOS OS AUTOS PROVISORIAMENTE", cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATSum-0010453-62.2019.5.18.0131; ATOOrd-0010603-43.2019.5.18.0131 e ATOOrd-0011587-27.2019.5.18.0131).
13	Não foram encontrados processos no período correccional para verificação dos procedimentos previstos no PGC, artigos 181 a 188.
14	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, cumprindo o disposto no parágrafo 6º do artigo 177 do PGC (processos: ATOOrd-0011767-19.2014.5.18.0131; ATSum-0011038-51.2018.5.18.0131; ATOOrd-0010910-65.2017.5.18.0131 e ATOOrd-0011182-59.2017.5.18.0131).
15	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe os valores referentes aos recolhimentos previdenciários e/ou às custas arrecadadas, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATOOrd-0011767-19.2014.5.18.0131; ATOOrd-0010914-05.2017.5.18.0131; ATOOrd-0011824-37.2014.5.18.0131; ATSum-0011038-51.2018.5.18.0131; ATOOrd-0010910-65.2017.5.18.0131 e ATOOrd-0011182-59.2017.5.18.0131).
16	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Vara do Trabalho observa o procedimento previsto no parágrafo 5º do artigo 177 do PGC, de intimar o reclamado, após o recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, a comprovar o envio da respectiva GFIP, no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício previsto no parágrafo 6º do referido artigo (processos: ATOOrd-0011767-19.2014.5.18.0131; ATOOrd-0010914-05.2017.5.18.0131; ATOOrd-0011824-37.2014.5.18.0131; ATSum-0011038-51.2018.5.18.0131; ATOOrd-0010910-65.2017.5.18.0131 e ATOOrd-0011182-59.2017.5.18.0131).
17	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe o movimento referente ao início da execução, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATOOrd-0011078-67.2017.5.18.0131; ATOOrd-0011394-80.2017.5.18.0131; ATOOrd-0012264-28.2017.5.18.0131; ATOOrd-0012243-52.2017.5.18.0131 e ATOOrd-0012352-66.2017.5.18.0131).
18	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza os convênios BACENJUD, CNIB, RENAJUD e INFOJUD. Constatou-se, ainda, que a unidade NÃO UTILIZA outros meios de encontrar bens do executado antes do arquivamento provisório dos autos (artigo 11-A da CLT), como, por exemplo, expedição de mandado de penhora e avaliação, CUMPRINDO PARCIALMENTE, portanto, o disposto na Recomendação TRT 18ª SCR 01/2020 (processos: ATSum-0010453-62.2019.5.18.0131; ATOOrd-0010603-43.2019.5.18.0131 e ATOOrd-0011587-27.2019.5.18.0131).
19	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que as partes são intimadas para manifestação acerca dos cálculos, cumprindo o disposto no artigo 879, § 2º, da CLT (processos: ATOOrd-0011078-67.2017.5.18.0131; ATOOrd-0011394-80.2017.5.18.0131; ATOOrd-0012264-28.2017.5.18.0131; ATOOrd-0012243-52.2017.5.18.0131 e ATOOrd-0012352-66.2017.5.18.0131).
20	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho INICIA a execução de ofício (processos: ATOOrd-0011078-67.2017.5.18.0131; ATOOrd-0011394-80.2017.5.18.0131; ATOOrd-0012264-28.2017.5.18.0131; ATOOrd-0012243-52.2017.5.18.0131 e ATOOrd-0012352-66.2017.5.18.0131).

21	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara procede à CITAÇÃO do executado, por meio de diário de justiça eletrônico, na pessoa de seu advogado, a pagar ou garantir a execução no prazo de 05 (cinco) dias (processos: ATOrd-0011078-67.2017.5.18.0131; ATOrd-0011394-80.2017.5.18.0131; ATOrd-0012264-28.2017.5.18.0131; ATOrd-0012243-52.2017.5.18.0131 e ATOrd-0012352-66.2017.5.18.0131).
22	Não foram encontrados processos suficientes, dentro do período correicionado, que pudessem caracterizar o descumprimento ao artigo 346 do Provimento Geral Consolidado da 18ª Região, no que tange à Unidade Judiciária correicionada.
23	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo assim o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATOrd-0011051-16.2019.5.18.0131; ATSum-0011248-05.2018.5.18.0131; ATOrd-0011168-07.2019.5.18.0131 e ATSum-0011888-71.2019.5.18.0131).
24	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATSum-0011839-30.2019.5.18.0131; ATOrd-0011051-16.2019.5.18.0131; ATSum-0011581-20.2019.5.18.0131; ATOrd-0011168-07.2019.5.18.0131; ATOrd-0011085-88.2019.5.18.0131; ATSum-0011888-71.2019.5.18.0131).
25	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: ATSum-0011839-30.2019.5.18.0131; ATOrd-0011051-16.2019.5.18.0131; ATSum-0011581-20.2019.5.18.0131; ATOrd-0011168-07.2019.5.18.0131; ATOrd-0011085-88.2019.5.18.0131; ATSum-0011888-71.2019.5.18.0131).
26	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Vara do Trabalho usa certidão de remessa indicando o rito adotado, o juiz prolator da sentença e os feriados do período, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no artigo 128 do PGC (processos: ATSum-0011839-30.2019.5.18.0131; ATOrd-0011051-16.2019.5.18.0131; ATSum-0011581-20.2019.5.18.0131; ATOrd-0011168-07.2019.5.18.0131; ATOrd-0011085-88.2019.5.18.0131; ATSum-0011888-71.2019.5.18.0131).
27	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo o recebimento dos recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: ATOrd-0010694-12.2014.5.18.0131; ATOrd-0011996-42.2015.5.18.0131 e ATOrd-0011579-60.2013.5.18.0131).
28	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATOrd-0010694-12.2014.5.18.0131; ATOrd-0011996-42.2015.5.18.0131 e ATOrd-0011579-60.2013.5.18.0131).
29	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Vara do Trabalho usa certidão de remessa indicando o rito adotado, o juiz prolator da sentença bem como os feriados do período, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo assim o disposto no artigo 128 do PGC (processos: ATOrd-0010694-12.2014.5.18.0131; ATOrd-0011996-42.2015.5.18.0131 e ATOrd-0011579-60.2013.5.18.0131).
30	Verificando o relatório constante do sistema SAOPJE, no que pertine à Vara do Trabalho de Luziânia, tendo como parâmetro os últimos 100 dias, constatou-se que a unidade LANÇA no sistema informatizado a movimentação processual referente à devolução da carta precatória ao Juízo deprecante, não resultando, assim, em pendência no sistema e-Gestão.
31	Nos processos a seguir relacionados, com instrução encerrada, constatou-se que a Secretaria da Vara do Trabalho realiza a REMESSA dos autos CONCLUSOS para a prolação da sentença, após a realização da última audiência, no prazo disposto no artigo 228 do CPC - aplicado subsidiariamente ao Processo do Trabalho (processos: ATSum-0012074-94.2019.5.18.0131; ATSum-0012078-34.2019.5.18.0131; ATSum-0012088-78.2019.5.18.0131; ATOrd-0010059-21.2020.5.18.0131; ATOrd-0011756-14.2019.5.18.0131; ATOrd-0011795-11.2019.5.18.0131; ATOrd-0011796-93.2019.5.18.0131; ATOrd-0011821-09.2019.5.18.0131; ATOrd-0011846-22.2019.5.18.0131 e ATOrd-0011889-56.2019.5.18.0131).
32	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre 03/02/2020 e 19/06/2020, constatou-se que o atraso médio para o início das audiências é de 04 (quatro) minutos.
33	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre 03/02/2020 e 19/06/2020, constatou-se que, via de regra, as audiências são realizadas de segunda a quinta-feira.

Goiânia, 4 de novembro de 2020.
[assinado eletronicamente]

CYNTHIA THEREZA BACELAR XAVIER

ASSISTENTE DE SECRETARIA FC-5

Página 16